

PEDRO REBELO DE SOUSA PRESIDENTE DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE CORPORATE GOVERNANCE

Administrador não-executivo: lobista ou protector da ética?

O advogado avisa que o cargo exercido pela ex-ministra das Finanças na Arrow serve para fiscalizar a comissão executiva, sendo um factor "muito valorizado" pelos investidores internacionais.

ANTÓNIO LARGUESA
alarguesa@negocios.pt

Pedro Rebelo de Sousa sustenta que "remunerar os administradores sem avaliar é uma contradição" e reconhece que os sistemas de governo das empresas financeiras foram "um autêntico laboratório" de falhas. O Instituto Português de Corporate Governance organizou um programa avançado para administradores não-executivos (ANE), em que fez a "necessária pedagogia" junto dos 28 participantes sobre uma actividade "de extrema responsabilidade".

Não podiam ter feito o curso em melhor momento, já que coincidiu com a polémica contratação de Maria Luís Albuquerque para esse cargo na Arrow Global...

Mas isto não teve nada que ver com isso. [risos] Há quatro anos ou mais que o sistema financeiro é um autêntico laboratório de falta de corporate governance. Não conheço em detalhe a situação da ex-ministra, mas tenho uma posição pessoal de fundo: a actividade de deputado deve ser exercida tendencialmente em exclusividade, deve constituir a centralidade profissional do deputado.

E quanto às funções e responsabilidades que ela assumiu?

Há uma necessária pedagogia a fazer nos ANE porque é uma actividade de extrema responsabilidade. Ao contrário da imagem que há, não é propriamente um conselheiro de bom senso, uma pessoa com conhecimentos gerais e com conhecimentos de vida que vai dar bons contactos, ou então que é um lobista.

Quais os aspectos relevantes?

Como previsto na lei e nos códigos de bom governo, têm não só uma responsabilidade solidária com as

demais decisões do conselho de administração, mas também vão estar nas comissões de auditoria, de risco, de "compliance", de nomeações, de remunerações. Portanto, têm uma função de acompanhamento e de fiscalização da comissão executiva, dos elementos que são executivos. E devem ser eles os garantes de que são protegidas a ética e a responsabilidade social e defendidos os interesses dos accionistas e dos demais "stakeholders".

Muito além do que mais imediata e normalmente se associa.

Exactamente. Por outro lado, as pessoas têm de perceber que os investidores internacionais valorizam de forma muito significativa as empresas cujo modelo de governo obedece a determinado tipo de parâmetros e cujos ANE têm determinado tipo de perfil. E nós percebemos do tema porque somos uma economia

PERFIL

Anos na banca, irmão em Belém

Pedro Rebelo de Sousa partilha com o irmão Marcelo o gosto pela natação e usa a bicicleta para passear. O sócio da SRS Advogados viveu no Brasil e Estados Unidos nos anos 1980 e trabalhou 19 anos na banca, incluindo dois como líder do Fonseca & Burnay, que reprivatizou a convite de Cavaco. Há 14 anos fundou com António Borges o Instituto de Corporate Governance.

descapitalizada e que foi destruída há 40 anos pelas nacionalizações.

Como avalia, genericamente, as práticas de corporate governance nas empresas portuguesas?

Devido aos inúmeros casos nos últimos anos, tem aumentado a sensibilidade para o tema e há maior compreensão por parte dos agentes, como os reguladores. É o caso do Banco de Portugal, a quem o tema da corporate governance há seis anos não preocupava como hoje. Ao nível de reguladores, empresas, profissionais de gestão, passou a haver uma consciência de que é um tema matricial e não etéreo ou meramente teórico. Tem impactos no dia-a-dia e há a consciência de que pode ter consequências desastrosas e às vezes terminais para as sociedades, sejam elas financeiras ou não. Pode levar ao desaparecimento das próprias instituições. [Os escândalos recentes] são casos em que havia problemas de corporate governance. Não vou entrar na análise qualitativa, mas é óbvio que havia problemas.

E continua a haver muitas diferenças entre o universo de empresas públicas e privadas?

O universo das empresas públicas ainda está muito marcado pela politização da nomeação das administrações, que começa por ser, logo desde o início, a negação da própria governance. Têm feito uma convergência e há hoje diplomas que regulam o bom governo do sector público, que já apontam no sentido certo. O problema é saber se foram nomeadas as pessoas que podem e têm condições e competências para o fazer. Não basta meter os princípios. Se depois as pessoas não tiverem essa ati-

tude cultural e mesmo essa capacidade e formação, fica muito difícil. E depois é preciso também monitorizar essa realidade, que haja da parte dos reguladores também um acompanhamento desses princípios.

Um estudo da Católica mostrou em 2012 que entre as recomendações com menor grau de acolhimento nas empresas estavam algumas relativas às remunerações. Como evoluiu esse tema?

Continua a haver a preocupação com o tipo de remunerações e compensações que devem ter, mas estamos a falar também de avaliação. Porque remunerar sem avaliar é uma contradição. Esse é um tema relevantíssimo. Quantas empresas em Portugal fazem sérias avaliações da performance ou desempenho dos seus executivos ou não-executivos? Fica a pergunta, mas temo que sejam muito poucas. Sobretudo avaliações que não sejam meramente formais e objectivas. ■

